

SUICÍDIO E SOCIOLOGIA DA MORAL

Alexandre Braga Massella

Resumo: O artigo examina algumas relações metodológicas e teóricas entre o estudo que Albert Bayet dedica às avaliações morais do suicídio e o breve estudo que Durkheim dedica ao tema em *O Suicídio*. Bayet endossa a estratégia metodológica geral apresentada em *As Regras do Método Sociológico*, mas considera estreita a base empírica utilizada por Durkheim no capítulo II do Livro III de *O Suicídio*. Bayet amplia esta base empírica e chega a conclusões teóricas distintas, vinculando os valores associados ao individualismo com uma “moral nuançada” em relação ao suicídio.

Palavras-chave: Sociologia da moral. Suicídio. Metodologia. Durkheim. Albert Bayet.

Abstract: This article examines Bayet’s treatment of moral assessments of suicide and the brief Durkheim’s research on the same subject in *Suicide*. Bayet endorses Durkheim’s methodological general approach (as presented by Durkheim in *The Rules of Sociological Method*), but criticizes the empirical data used by Durkheim in chapter II, book III of *Suicide*. Bayet enlarges the empirical basis and thus draws different theoretical conclusions: the values associated with individualism are tied to what he calls “nuanced moral” regarding suicide.

Keywords: Sociology of morals. Suicide. Methodology. Durkheim. Albert Bayet.

O projeto de uma ciência da moral, tal como elaborado por Durkheim, tenta substituir o método filosófico ou ideológico, que para ele não seria mais do que uma análise de ideias, por um método que faria um uso rigoroso e sistemático dos dados empíricos. A ruptura com os procedimentos que caracterizariam o método ideológico é passo crucial, na visão de Durkheim, para a constituição científica da sociologia e a aplicação de um novo método sociológico aos mais diversos fatos sociais. Mas quais são os dados empíricos relevantes e acessíveis para o estudo da moral? Em *A Divisão do Trabalho Social*, Durkheim recorre às regras jurídicas para o estudo do fenômeno moral da solidariedade e para decidir qual a atitude que deveríamos assumir em relação à especialização (DURKHEIM, 1922, p. 28). Esse recurso implica uma determinada concepção sobre a natureza do direito e exige a postulação de uma continuidade entre o direito e a moral. A mesma estratégia está presente em *O Suicídio*, quando Durkheim recorre à legislação para esclarecer qual é a nossa atitude moral em relação ao ato suicida. Apresentaremos aqui a crítica que foi dirigida por Albert Bayet a esta estratégia metodológica empregada por Durkheim para estudar nossa moral relativa ao suicídio. Em *O Suicídio e a Moral*, Bayet considera estreita a base empírica utilizada por Durkheim e tenta, assim, ampliar a gama de dados considerados confiáveis, acessíveis e relevantes para o estudo científico de nossas atitudes morais em relação ao ato suicida. A crítica feita por Bayet pode ser relevante para o entendimento da natureza do programa de pesquisa durkheimiano em sociologia da moral, pois embora rejeite parte das ideias que norteiam o programa de Durkheim endossa outras. A estratégia de Bayet, caso possa ser considerada bem sucedida, sugere como o programa de pesquisa de Durkheim está aberto a inovações e não exige um uso dogmático.

O MÉTODO DE DURKHEIM E A BASE EMPÍRICA

Bayet afirma se inspirar nos princípios metodológicos formulados por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico*. O que Bayet retém da estratégia de Durkheim aí apresentada é a ideia de que seria possível estabelecer a normalidade de um fato social – no caso, nossa moral sobre o suicídio – estabelecendo, primeiro, as tendências históricas desta moral. Assim, segundo Durkheim (1995, p. 377), a legislação sobre o suicídio teria passado por duas fases. Na primeira, que Durkheim situa nas antigas cidades greco-latinas, o indivíduo só pode cometer o suicídio caso o Estado autorize, isto é, o suicídio é imoral quando decidido pelo próprio indivíduo, mas não quando há a autorização de órgãos da vida coletiva. Assim, em certas circunstâncias a sociedade consente o ato que, em princípio, ela reprova. Na segunda fase, que vai desde a constituição das sociedades cristãs até as sociedades modernas, a condenação é absoluta e sem exceção. Nem o indivíduo, nem a sociedade estão autorizados a decidir a morte de uma pessoa, salvo nos casos em que a morte é um castigo, e mesmo este direito da sociedade, comenta Durkheim, já começa a ser contestado. O suicídio é visto como imoral em qualquer circunstância. Assim, conclui Durkheim, “à medida que avançamos na história, a proibição, em vez de relaxar, se torna mais radical” (*ib.*, p. 377). Diante da força e da extensão, no tempo, desta tendência devemos concluir, segundo Durkheim, que se a consciência pública hesita hoje em condenar moralmente o suicídio isto só pode resultar de “causas acidentais e passageiras”.

Feito isso, Durkheim procura outra série de fatos que, conforme mostrariam os dados, varie concomitantemente com a série anterior. Esta outra série de fatos diz respeito ao que Durkheim chama de individualismo moral, uma nova concepção sobre o indivíduo que foi aos poucos e com força crescente elaborada nas socieda-

des cristãs. O indivíduo, ou a “pessoa humana”, com diz Durkheim, “se tornou uma coisa sagrada e até mesmo a coisa sagrada por excelência”, “o homem se tornou um deus para o homem” (ib., p. 378). Qualquer atentado contra a vida humana assume assim o caráter de um sacrilégio: “o suicídio nos escandaliza porque viola o caráter sacrossanto que está em nós e que devemos respeitar tanto nos outros como em nós mesmos” (ib., p. 378-79). Durkheim dá a esta valorização da dignidade humana enorme importância, pois seria a base de nossas máximas morais mais respeitadas e quase que o único elo entre os membros de uma sociedade marcada cada vez mais pela diferenciação das funções e por grupos com perfis morais distintos. O suicídio lesa a sociedade ao atingir, então, sua base moral mais fundamental. O respeito pela autonomia humana, que pode ser considerado um aspecto do culto ao indivíduo, tem aqui um limite: mesmo que o indivíduo que atenta contra a própria vida o faça de forma autônoma, ponderando custos e benefícios, ao destruir a sua vida ele está atentando também contra um valor caro à sociedade. É claro que Durkheim confere a esta segunda série de variações – a progressiva sacralização da vida humana – uma força explicativa: é em razão desta nova concepção que reprovamos com mais rigor o suicídio.

Bayet não contesta a lógica geral do raciocínio de Durkheim, isto é, ele endossa e faz uso da estratégia de buscar séries de variações históricas concomitantes. Este método, segundo Bayet, tem todas as credenciais científicas, mas “desde que os fatos sejam bem estabelecidos e sejam suficientemente rigorosos” (BAYET, 1922, p. 7). É neste ponto, na mobilização de dados para a aplicação de seu método, que Durkheim parece a Bayet pouco rigoroso. Durkheim teria sido excessivamente breve em seu estudo da apreciação moral do suicídio, dedicando ao tema apenas dez páginas de *O Suicídio*, porque sua base empírica é estreita demais, limitada que está ao uso de textos canônicos e jurídicos.

Durkheim tem, é claro, suas razões para pri-

CADERNOS CERU V. 26, n. 2, dez. 2015

vilegiar certos tipos de dados para a pesquisa sociológica, razões que não podem ser dissociadas de sua concepção sobre a natureza do fato social e de suas considerações epistemológicas acerca dos graus de objetividade dos dados. Sabemos que o fato social existe, para Durkheim, independentemente de suas manifestações idiossincráticas no indivíduo e deve ser estudado independentemente dessas manifestações (DURKHEIM, 1988, p. 101). Ora, isso torna o indivíduo e o modo como manifesta crenças e sentimentos coletivos uma fonte duvidosa de dados para a sociologia. Nessas manifestações haveria, segundo Durkheim, uma mescla de fatos de ordem social e de ordem individual e, portanto, tais manifestações não interessariam propriamente à sociologia, mas sim a uma ciência mista, em parte sociologia e em parte psicologia (ib., p. 102). Além disso, o indivíduo desconhece as reais motivações de sua conduta (DURKHEIM, 1995, p. 4). Daí Durkheim descartar, por exemplo, em seu estudo do suicídio as declarações deixadas pelo suicida como uma possível fonte para chegar às causas dessa conduta. Os dados que nos permitiriam observar ou ter acesso aos modos coletivos de pensar, agir e sentir são variados e se apresentam de forma mais ou menos objetiva, isto é, dão mais ou menos lugar para as impressões subjetivas do investigador. Durkheim considera relevante, por exemplo, o uso de dados estatísticos, mas a incorporação desses dados ao âmbito do fato social importa uma considerável reinterpretação da realidade por eles retratada. Os dados estatísticos filtrariam um “estado da alma coletiva” e não seriam um procedimento que registra a frequência de opiniões ou atitudes individuais (DURKHEIM, 1988, p. 102). Ao contrário, na constância de uma taxa de suicídio de um ano a outro, por exemplo, Durkheim considera haver a filtragem de um fato social, a disposição de um grupo para o suicídio e não uma operação matemática que registra certo número de decisões individuais. O que há de singular e individual no suicídio é anulado quando calculamos a taxa anual de suicídio, que captaria assim um estado da alma coletiva (TURNER, 1996).

Durkheim se refere ainda a sistemas simbólicos, em especial às regras jurídicas, mas também às regras morais, aos ditos populares e aos fatos de estrutura social (ib., p. 138). Em todos esses casos, temos a vida social, os hábitos coletivos isolados dos eventos particulares que os manifestam. Para além dos atos individuais que suscitam, os hábitos coletivos se exprimem nessas formas definidas. Tais formas têm uma objetividade, o que quer dizer que não deixam muito lugar para as impressões pessoais do investigador. O fato social cristalizado está purificado dos elementos de ordem individual que os agentes introduzem quando os expressam. Além disso, é menos permeável a elementos de ordem individual que os investigadores podem introduzir quando observam.

Mas, e isto é relevante para a crítica de Bayet, Durkheim sente que pode perder algo ao privilegiar os dados que assumem essas formas definidas, pois quanto mais “cristalizado” o fato social, mais distante estaremos da “matéria concreta” da vida coletiva (ib., p. 139). Ora, o aspecto concreto é crucial para a visão durkheimiana do universo moral. Ao criticar a abordagem filosófica à moral e ao propor uma ciência da moral, um de seus alvos é a ideia – própria do método filosófico – de que a moral estaria contida em alguns princípios. Ainda que possa ser assim, concede Durkheim, não devemos pressupor isso. Devemos estudar, sim, o conjunto diverso, múltiplo, talvez não redutível a alguns princípios, da vida moral, que é o que se apresenta à observação. A realidade do fato moral estaria nesse complexo e variado universo de regras, relativamente autônomas entre si. As regras morais não são, então, simples aspectos de um preceito único que conteria toda a realidade e toda a substância da moral. O imperativo moral de Kant ou a fórmula utilitarista da felicidade são, na avaliação de Durkheim, simples abstrações, “generalidades de filósofos”. Até mesmo a clássica distinção entre a moral teórica e a moral aplicada resultaria dessa concepção que deposita toda a realidade da moral em uma lei superior, cuja descoberta caberia à moral teórica e cujas apli-

cações nas diversas circunstâncias seriam objeto da moral aplicada (DURKHEIM, 1992, P. 21). A crítica é típica da atitude que Durkheim exige do sociólogo – a atenção ao detalhe, à variedade e complexidade irredutível da realidade – e de sua recusa em ver no complexo uma mera aparência.

Mas esta exigência tem uma relação tensa com a prescrição anterior – estudar o fato social por meio dos sistemas simbólicos consolidados, em especial o direito – se é verdade que os sistemas consolidados podem estar distantes da vida moral concreta. Esta tensão permite entender como obras que se dizem inspiradas nos princípios metodológicos de Durkheim podem também ser críticas desses mesmos princípios. Bayet pretende, ao ampliar a base de dados relevantes para a pesquisa, atingir a realidade variada e complexa de nossa moral sobre o suicídio, realidade que teria sido negligenciada por Durkheim em razão de sua ênfase na legislação.

A CRÍTICA DE BAYET E A AMPLIAÇÃO DA BASE EMPÍRICA

Bayet faz uso de uma crítica corrente nos ataques que Durkheim dirige aos estudos especulativos sobre a moral. Na avaliação de Bayet, Durkheim comete o mesmo erro que este denunciava nos escritos filosóficos tradicionais sobre a moral: pressupõe que a moral de seu tempo é a dele e que ele a conhece. Adotando uma atitude bem de acordo com o espírito de ruptura com as pré-noções que anima *As Regras do Método Sociológico*, Bayet sustenta que nossa própria moral sobre o suicídio nos é estranha, isto é, nada sabemos sobre como o suicídio afeta a consciência comum (BAYET, 1922, p. 19). Para atingir essa moral não basta consultar os outros ou a nós mesmos. Ainda que possamos conhecer por essa via certos aspectos de nossa moral – como o de que ela interdita

o roubo – não se segue daí que nossa moral sobre o suicídio possa ser assim conhecida. Basta considerar, pondera Bayet, que nem todos respondem ou têm o que dizer ao serem indagados sobre o que pensam do suicídio. A moral deste ou daquele indivíduo, mesmo supondo que ele consiga exprimi-la de forma exata, pode ser uma deformação da moral de seu meio.

Bayet propõe, assim, o uso uma gama de dados mais ampla do que a utilizada por Durkheim. Sua justificação não deixa de se basear, porém, em uma visão bem durkheimiana do universo moral. A avaliação moral de certos atos é uma realidade variada, plena de nuances e que não poderia ser reduzida aos extremos de bom e mau. Além disso, no interior de um grupo social, o mesmo ato pode provocar reações bem diferentes nos diversos meios que o compõem. A realidade moral, do ponto de vista sociológico, se compõe de reações nuancadas, variáveis segundo os meios sociais e conforme o caso. Para atingir essa realidade, não devemos, segundo Bayet, eliminar um só meio de investigação, como se só os fatos consolidados e precisos, como as leis, fossem confiáveis. Invertendo a prioridade dada por Durkheim aos fatos cristalizados, Bayet afirma que é preciso admitir que os fatos mais fugidios e inconsistentes, isto é, os menos consolidados, são os que mais podem nos aproximar da realidade moral (ib., p. 12).

Ao classificar os tipos de dados que emprega, Bayet estabelece uma relação inversa entre a facilidade de acesso aos dados e a sua confiabilidade no que diz respeito à reprodução de nossa moral sobre o suicídio. O primeiro conjunto de dados é o que Bayet chama de “moral formulada”, isto é, a moral manifesta por declarações de filósofos, moralistas, escritores, jornalistas, educadores. Se não é difícil o acesso a esse tipo de dado, o que ele proporciona pode não ser fiel à realidade buscada. Formulada, em geral, por filósofos, esta moral tende a assumir, na linguagem, uma precisão e um rigor que desfiguram nossa moral real: “pode haver uma distância entre as frases aplicadas a um ato e a maneira pela qual este ato é realmen-

te avaliado pelo grupo”. Apesar disso, não devemos, segundo Bayet, negligenciar a moral escrita, que é pelo menos parte da moral real (ib., p. 13).

O segundo tipo de dados são os fatos jurídicos, confiáveis desde que o direito seja aplicado e sua aplicação não suscite críticas violentas. A lei que não é aplicada pode estar em desacordo com a moral. Daí a necessidade, para Bayet, de complementar o estudo das leis com o da jurisprudência. O estudo das leis procura identificar em primeiro lugar, é claro, a criminalização ou não do suicídio, da tentativa de suicídio e da participação ativa de terceiros em um ato suicida. Mas procura identificar também características como o reconhecimento ou não da validade legal de um seguro de vida em caso de suicídio e o direito que nos arrogamos de impedir um suicídio ou de salvar uma pessoa que tenta se matar. E é preciso também estudar o comportamento do jurado em um tribunal que julga, por exemplo, a tentativa de suicídio de um réu acusado de homicídio, para saber se esta tentativa constitui uma nova acusação contra o réu ou, ao contrário, um argumento em seu favor (ib., p. 81).

O terceiro tipo de dados é constituído pelos usos e costumes. Trata-se de uma fonte mais segura que o direito, imune que está ao risco que sempre ameaça a norma escrita, o de ser letra morta. Não faz sentido, afinal, conceber um uso que não estaria em uso. O problema é identificar os usos e costumes e estabelecer seu verdadeiro sentido. Bayet tenta interpretar aqui, por exemplo, práticas como a relutância em aplicar o termo “suicídio” quando se quer justificar certos casos de morte voluntária, o silêncio que muitas vezes cerca o assunto (ib., p. 97), a disposição ou não para auxiliar aqueles que tentaram cometer o ato. São dados relevantes ainda as crenças folclóricas que associam a alma dos suicidas a fantasmas vingadores (ib., p. 93) e mesmo conversas informais, caso dispuséssemos, afirma Bayet, de um método científico para estudá-las (ib. p. 106).

O quarto tipo de dados é o que parece ter me-

nos lugares nas reflexões de Durkheim sobre os dados passíveis de uso pela sociologia. Trata-se do uso que Bayet faz da literatura, incluindo aí romance e teatro. Mas é preciso saber como usar este tipo de dado. Não devemos, adverte Bayet, solicitar à literatura informações sobre os costumes ou o direito de uma época, posto que não são muito claras as relações que unem a obra literária ao meio social. Neste ponto, Bayet introduz uma distinção entre moral em palavras e moral em ação que orienta seu uso da literatura. A moral em palavras é a opinião ou sentimento que um personagem exprime sobre o suicídio ou sobre um suicídio, envolvendo, assim, a maneira pela qual os personagens julgam uns aos outros. A moral em ação surge cada vez que o personagem que se mata ou que manifesta a intenção de se matar ou, ainda, que aconselha um suicídio age sobre o sentimento dos espectadores ou leitores, sendo-lhes simpático ou antipático. O que está em jogo aqui é a maneira pela qual o público julga os atos ou as intenções dos personagens. Embora provocada por um fato ficcional, a reação do público não deixa de ser, avalia Bayet, um fato real que pode revelar algo de nossa moral. Mas como ter acesso aos julgamentos do público? Por meio do êxito das obras literárias, acredita Bayet. Sua ideia é que o êxito das obras se deve, muitas vezes, à simpatia ou antipatia despertada pelos personagens. Ora, para tornar um personagem simpático ou antipático o autor precisa fazer uso da moral real de seu público (ib., p. 15). O êxito da obra permite pensar, assim, que houve comunhão entre o autor e o público sobre o que torna um personagem simpático ou antipático (ib., p. 112, nota 1). Bayet confere um valor especial a esta moral em ação, que pode traduzir toda a força de uma moral real, especialmente quando se impõe apesar de seu conteúdo contrariar a moral declarada pelo autor. O romancista pode declarar que o suicídio é uma tolice ou uma fraqueza, mas apresentar personagens que, ao se matarem ou expressarem esta intenção, se tornam simpáticos ou representam atos de suicídio que inspiram piedade e respeito. Para afastar a possibilidade do julgamento do público ser influenciado não tanto pela

moral real, mas pela força sugestiva da construção ficcional, Bayet se propõe a analisar não só as obras célebres dos grandes autores, mas gêneros inteiros e obras de autores considerados menores (ib., p. 16). As características formais das diversas expressões artísticas não devem ser negligenciadas. É preciso levar em conta, por exemplo, que no drama um suicídio que inspira a simpatia do público é muitas vezes um meio cômodo para o desenlace rápido de uma trama. Assim, a complacência dos autores dramáticos por certos tipos de suicídio pode ser muito mais um recurso técnico do que a expressão da moral vigente na sociedade. No romance, porém, que prescindir de desenlaces rápidos com alto rendimento cênico, poderíamos observar um uso do suicídio que não seria mera imposição técnica ou formal.

AS DUAS MORAIS SOBRE O SUICÍDIO

Ao interpretar o sentido desses diferentes conjuntos de dados no mundo contemporâneo francês, Bayet extrai duas conclusões principais. A primeira, a de que haveria dois tipos de moral sobre o suicídio. Uma moral simples, que condena o suicídio em princípio, em todas as circunstâncias e uma moral nuançada, que julga o ato conforme os motivos e as circunstâncias e, assim, exhibe uma gama variada de avaliações morais: condenação, piedade, aprovação, admiração, complacência (ib., p. 200). A moral nuançada é alimentada pelo sentimento de que o suicídio é um ato muito difícil de ser avaliado para ser entregue aos rigores da repressão legal. A segunda conclusão sugere que estas duas morais não estão justapostas, mas em luta. Nenhuma delas reina sozinha e soberana em uma determinada zona de influência, mas ambas disputam a consciência moral comum, misturadas e entrelaçadas. Essa mistura faz com que muitas vezes elas se apresentem deformadas. A moral simples proporciona fórmulas peremptórias diante das quais, sob

a influência da moral nuançada, ela, porém, recua; assim, vários moralistas primeiro condenam o suicídio em princípio, mas em seguida declaram que alguns suicídios são dignos de piedade, indulgência, respeito, simpatia ou admiração. Tais contradições, em que o suicídio é condenado sem ser condenado, ocorreriam, segundo Bayet, porque a moral nuançada, embora “expulsa das fórmulas gerais e das declarações de princípio, se impõe mesmo aos que a combatem” (ib. p. 37). A moral nuançada, por sua vez, teme se declarar como tal, se fazer explícita, embora seja prontamente aplicada (ib., p. 200-201). A própria ideia que norteia a moral nuançada, a de que há diferentes tipos de suicídios, está apenas subentendida e não é formulada em parte alguma (ib., p. 119). É como se a moral simples predominasse nas fórmulas e a moral nuançada reinasse sobre nossos sentimentos e práticas (ib., p. 125/26).

A oposição entre essas duas morais, esclarece Bayet, não é uma oposição entre uma moral que condena e uma moral que aprova o suicídio, mas entre uma que condena e outra que o avalia de diferentes maneiras conforme o caso, os motivos e as circunstâncias. Os moralistas que rompem com a moral simples, por exemplo, não admitem qualquer proibição absoluta ao suicídio e seria atribuir-lhes a simplicidade contra a qual protestam identificá-los com supostos partidários do suicídio. Eles aprovam, é certo, alguns suicídios, mas condenam outros tantos. A originalidade desses moralistas não está na indulgência que manifestam em relação ao suicídio, mas no fato de que ora aprovam, ora condenam, ora justificam, ora admiram o suicídio, isto é, no fato de que nuançam a moral (ib., p. 33). Assim, “o que se opõe à moral simples é sempre a moral nuançada” (ib., p. 118). As declarações de aprovação que podem ser encontradas entre moralistas, escritores, filósofos ou personagens ficcionais se referem a determinados tipos de suicídio, motivados pela dor de um luto, por um sofrimento de amor, pelo desejo de apressar o fim de uma doença incurável ou de evitar uma condenação criminal. Em

parte alguma, conclui Bayet, encontramos uma “apologia do suicídio, uma afirmação peremptória do direito à morte” (p. 118). Embora os diferentes tipos de dados exibam todos o conflito entre as duas morais, a forma como estas aparecem nos dados não é mesma. Na moral formulada, por exemplo, a moral simples se afirmaria com o rigor e a segurança de uma doutrina oficial, ainda que uma observação mais detida de suas declarações revele como ela oscila entre a moral simples e a nuançada. No direito, ao contrário, a moral simples aparece de forma discreta e seria fácil observar o triunfo da moral nuançada: o suicídio é muitas vezes uma falta, mas uma falta que muda de feição dependendo do motivo e das circunstâncias. Temos aí, portanto, para Bayet, um claro desacordo entre a moral formulada e o direito (ib., p. 91), possibilidade que tende a ser minimizada por Durkheim, inclinado a enfatizar a continuidade entre o direito e a moral (DURKHEIM, 1922, p. 29).

A DUALIDADE MORAL NO ESPAÇO SOCIAL

Moral simples e moral nuançada dividem a consciência moral moderna, mas não estão distribuídas de forma aleatória no espaço social. Bayet testa aqui a força de diferentes hipóteses, refutando uma possível distribuição dessas duas morais segundo critérios religiosos, filosóficos ou políticos. E testa, em especial, a hipótese de Durkheim, que vincula a reprovação do suicídio – e, portanto, o que Bayet chama de moral simples – ao respeito pela dignidade humana. Nada nos fatos tomados à literatura, ao direito, à jurisprudência e a partes da moral escrita permitira, na visão de Bayet, ligar o valor dado à dignidade humana mais à moral simples do que à nuançada. Se é verdade que os adversários do suicídio invocam por vezes a dignidade humana, os partidários da moral nuançada também a invocam quando reivindicam o direito do homem de se livrar de circunstâncias avil-

tantes por meio do suicídio (BAYET, 1922, p. 203). A resposta à pergunta sobre o que Bayet chama de “localização social” da moral simples e da nuançada não poderia ser obtida apenas por meio do estudo da moral contemporânea, embora a hipótese que ele extrai deste estudo, e que tentará confirmar e precisar por meio da pesquisa histórica, é a de que a moral simples seria própria das camadas menos instruídas e a moral nuançada própria das elites intelectuais. Nos costumes, por exemplo, a hostilidade ao suicídio se manifesta com força nos meios populares, como atesta o predomínio, no meio rural, de crenças folclóricas relativas à alma vingativa dos suicidas. Na literatura, os personagens simpáticos são mais numerosos entre a elite e os intelectuais do que entre as pessoas do povo. Nas peças teatrais, os personagens que falam em se matar, que se matam ou aconselham o suicídio aos outros pertencem muito mais à nobreza, à burguesia rica e aos meios intelectuais do que ao povo. Também no teatro, a complacência pelos suicídios de amor e pelos suicídios destinados a salvar a honra surge como algo aristocrático (ib. p. 129).

Esta hipótese de distribuição social da moral simples e da nuançada de acordo com critérios como instrução ou sofisticação intelectual é desenvolvida com o estudo da história. Este estudo histórico é crucial ainda para qualquer previsão relativa ao predomínio de uma ou outra moral. Retorna, neste ponto, a ideia durkheimiana de que o estudo das tendências evolutivas de uma instituição é essencial para prever as formas que ela assumirá no mundo contemporâneo. Para fundamentar uma previsão sobre o destino do conflito entre moral simples e nuançada, o estudo do passado seria imprescindível. Bayet percorre então a moral judaica, a moral cristã dos três primeiros séculos da Igreja, a moral celta, a moral pagã da sociedade antiga (Grécia e Roma da época histórica), a época merovíngia, o renascimento carolíngio, a Idade Média e, por fim, dividido em fases, o período que vai da Renascença até sua época. A conclusão que extrai deste vasto percurso histórico pelas sociedades que

influenciaram a nossa é a de que a origem das duas morais estaria na sociedade romana, momento histórico em que seria clara a distribuição social delas: a moral simples seria a servil e popular, a moral nuançada seria privilégio de uma elite cultivada e zelosa pela liberdade (ib., p. 800). O direito romano seria evidência disto. Território da moral nuançada, o direito romano é o direito dos homens livres apenas, o que quer dizer que a impunidade que garante ao suicídio seria privilégio de uma elite. A moral nuançada teria sido praticada por uma aristocracia e com tanto mais confiança quanto mais esta aristocracia é cultivada e ligada à liberdade (no fim da República e no começo do Império, precisa Bayet): os que se “arrogam o direito de preferir a morte à vida, de deliberar e concluir pelo suicídio não são os patrícios submetidos, não são os crédulos que se inclinam pelos mistérios do oriente, são os aristocratas instruídos, cultivados, que têm o gosto e o hábito da liberdade individual. Aristocracia, cultura, liberdade: é a estas três realidades sociais que está associada a moral nuançada no mundo romano” (ib., p. 311).

Esta localização social não se restringe, é claro, para Bayet, ao mundo romano. A cada época de nossa história, “a moral nuançada triunfa com as elites, com a cultura e a liberdade; a moral simples triunfa com a barbárie, a ignorância e a servidão” (ib., p. 800). Bayet confere a esta regularidade o estatuto de uma lei específica da sociedade romana e da nossa, e não o de uma lei geral da natureza social: “para nós, e talvez para nós somente, há vínculo entre servidão, ignorância e moral simples e entre cultura, liberdade e moral nuançada” (ib., p. 800-801). A admissão desta lei específica explica a força crescente da moral nuançada na sociedade contemporânea e autoriza a previsão sobre seu triunfo. A disseminação da cultura, a valorização da liberdade e o empenho para eliminar instituições que submetem o homem explicam o predomínio da moral nuançada e, caso essas tendências não sofram retrocesso, permitem prever o triunfo da moral nuançada sobre a moral simples.

Ao longo desse percurso histórico, Bayet avalia mais uma vez a hipótese de Durkheim. Para Durkheim, como já mencionamos, a reprovação ao suicídio está ligada ao respeito pela dignidade humana e esta reprovação se torna cada vez mais absoluta a medida que os direitos do indivíduo, sacrificados na cidade antiga aos do estado, se desenvolvem na sociedade moderna. A indulgência contemporânea pelo suicídio seria, portanto, para Durkheim, um fato anormal, ligado a causas acidentais e passageiras. Os seguintes fatos refutariam, na visão de Bayet, a reconstrução de Durkheim: a reprovação absoluta do suicídio não nasce nas sociedades modernas, mas existe na sociedade antiga; a reprovação não está ligada ao respeito pela dignidade humana, mas à escravidão, isto é, à instituição mais contrária ao respeito pela dignidade individual; a moral servil e o horror ao suicídio começam a triunfar na França com a barbárie merovíngia, isto é, em uma época em que o homem não é um deus para o homem; a moral servil se afirma com o sistema feudal, sistema que, longe de emancipar o indivíduo, instaura relações de servidão; é no momento em que a filosofia antiga e a renascença afirmam a soberania do pensamento individual, no momento em que o século XVIII e a Revolução proclamam os direitos do homem, que o horror ao suicídio começa a dar lugar à moral nuançada; por fim, a indulgência contemporânea não só não é uma regressão acidental e passageira como é o resultado de um trabalho realizado na França há mais de três séculos (ib., p. 798).

Deixemos de lado aqui o difícil problema de identificar, neste ou naquele período histórico, manifestações do individualismo, de respeito pela dignidade humana ou de afirmação da autonomia individual. Salientemos apenas que o argumento de Bayet, bem compreendido, toma aspectos do que Durkheim chama de individualismo moral – respeito à dignidade, à

liberdade e à autonomia humana – como forças que estariam por trás da moral nuançada e tenta mostrar como esses valores não estão difusos na sociedade de forma homogênea, mas distribuídos de forma desigual. Isso não reduz, porém, a distância entre a visão de Bayet e a de Durkheim a respeito da moral moderna sobre o suicídio. Se os valores em torno do individualismo moral estão, para Durkheim, na raiz do repúdio ao suicídio, esses mesmos valores alimentam, para Bayet, uma moral nuançada que avalia o suicídio conforme motivos e circunstâncias e dispõe de um vocabulário mais rico de avaliação. A distância entre os dois autores pode ser medida ainda acompanhando as diferentes implicações que eles extraem de um mesmo conjunto de dados. Tomemos a indulgência da consciência moral moderna em relação ao suicídio como um fato. Durkheim, que considera este fato um fenômeno mórbido (DURKHEIM, 1995, p. 425), extrai dele uma consequência prática: penas severas são impossíveis no caso do suicídio, pois não seriam toleradas pela consciência pública. Mais interessante ainda, a indulgência da consciência moderna tem sua razão de ser. Como o suicídio é a “forma exagerada” de algumas virtudes (ib., p. 264), a opinião tende a se dividir em seus juízos sobre o suicídio, isto é, ela não o condena sem hesitações. Daí também, segundo Durkheim, as “controvérsias perpetuamente renovadas entre os teóricos sobre a questão de saber se o suicídio é ou não contrário à moral. Como o suicídio se vincula por uma série contínua de intermediários graduais a atos que a moral aprova ou tolera, não é extraordinário que às vezes tenha sido considerado de mesma natureza que estes últimos e que se tenha desejado beneficiá-lo com a mesma tolerância” (ib., p. 425-26). Durkheim parece não extrair dessas hesitações da consciência moral e das controvérsias doutrinárias nenhuma implicação teórica para a natureza da moral ou de nossa moral sobre o suicídio, apenas conclusões sobre as características da pena. Para Bayet, implicações teóricas de largo estariam aí contidas, talvez não de todo avessas ao espírito durkheimiano: as hesitações e controvérsias em relação ao valor moral

do suicídio são índices da existência de um tipo específico de moral, a moral nuançada e, mais do que isso, mostram “a relatividade da moral, a impotência do espírito humano decidir a priori a questão do suicídio” (BAYET, 1922, p. 797).

Do ponto de vista metodológico, as proximidades e distâncias entre o estudo de Bayet e as prescrições de Durkheim são claras. A decisão de tomar a moral como um conjunto de fatos, o método comparativo para estabelecer variações concomitantes entre a moral relativa ao suicídio e outros fatos sociais e a própria definição de suicídio são tomadas a Durkheim. A crítica à exígua base empírica usada por Durkheim e sua ampliação são as contribuições metodológicas de Bayet. Esta ampliação, porém, se mantém dentro da diretriz durkheimiana de tomar como dado empírico realidades coletivas e não individuais. Do ponto de vista teórico, a relação não é tão clara. A ideia de moral nuançada é uma tentativa de captar a realidade sutil do universo moral que avalia o suicídio ou, pelo menos, de não reduzir este universo a uma única fórmula. Ora, a admissão da “complexidade” da realidade moral é, como mencionamos, um dos pontos de partida da sociologia da moral de Durkheim. Sua aceitação, no caso da moral relativa ao suicídio, como um ponto de chegada poderia bem assumir a forma de uma moral nuançada, tal como proposta por Bayet. Mas a aceitação da noção talvez colida com a firme resolução de Durkheim de enfatizar, no conjunto de valores que constitui o individualismo moral, o respeito pela vida humana como o valor mais relevante – e inegociável – para decidir nossa moral relativa ao suicídio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYET, Albert. *Le suicide et la morale*, Paris: Félix Alcan, 1922.

DURKHEIM, Émile (1922 [1893]), *De la Division du Travail Social*, Paris: Félix Alcan.

DURKHEIM, Émile (1988 [1895]), *Les Règles de la Méthode Sociologique*, Paris: Flammarion.

DURKHEIM, Émile (1995 [1897]), *Le Suicide*, Paris: Presses Universitaires de France.

DURKHEIM, Émile. *L'éducation morale*, Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

DURKHEIM, Émile. “L’individualisme et les intellectuels” In: Durkheim, E. *La science sociale et l’action*, Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

DURKHEIM, Émile (1975 [1893]), “Introduction” In: *Durkheim Textes. 2. Religion, morale, anomie*, Paris: Les Éditions de Minuit.

TURNER, Stephen. Durkheim among the statisticians, *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 1996, vol.32, nº 4.

PINTO, Louis. Le débat sur les sources de la morale et de la religion, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2004, vol. 3, nº 153.